



# Universidade

Confrapag

## Leis - Split de Recebíveis





## Anexo A – Legislação Relacionada à Cessão de Direitos Creditórios

Norma	Âmbito	Conteúdo-chave	Aplicação prática no split
<b>Código Civil arts. 286-295</b>	Civil	Regras gerais de cessão de crédito (consentimento do devedor, notificação, efeitos)	Instrumento de cessão entre cedente/cessionário; requisito para registrar UR cedida.
<b>Lei 12.810/2013</b> (art. 9-B)	Federal	Autoriza cessão de créditos de financiamentos a instituições financeiras e FIDCs	Lastro jurídico para securitização de <u>URs</u> em FIDC.
<b>Resolução CMN 4.617/2017</b>	Financeiro	Requisitos prudenciais de FIDC (estabelece limites e governança)	Quando a UR é cedida para FIDC que antecipa agenda.
<b>Resolução BCB 150/2021</b> (arts. 13-17)	Bacen	Define <i>Evento 513 – Contrato de Repartição</i> e <i>Evento 514 – Cessão</i> nas registradoras de recebíveis	Obriga registrar a cessão (total ou parcial) das <u>URs</u> de cartão.
<b>Resolução BCB 80/2021</b>	Bacen	Credencia e disciplina registradoras de recebíveis de cartão	Infraestrutura onde a cessão é materializada.
<b>Circular BCB 3.952/2019</b>	Bacen	Regras da conta de pagamento <u>pré-liquidação</u>	Base da movimentação dos créditos cedidos antes da liquidação.
<b>Instrução CVM 356/2001</b> (FIDC)	Mercado de capitais	Estrutura, administração e custódia dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	Possibilita pulverizar risco via mercado de capitais.
<b>Resolução BCB 264/2023</b>	Bacen	Disciplinou contas pós-pagas e impactos nas <u>URs</u> cedidas	Garante bloqueio de UR para cessionário em operações de pós-pago.
<b>Lei 14.195/2021</b> (arts. 39-41)	Empresarial	Facilita adimplemento de obrigações e registro de garantias	Reconhecimento eletrônico de cessões em cartórios integrados.

**Observação:** A cessão transfere a titularidade econômica do recebível; tributos sobre ganho de capital ou IOF podem ocorrer em cessões onerosas.



## Anexo B – Legislação Relacionada ao Mandato “Por Conta e Ordem”

Norma	Âmbito	Conteúdo-chave	Aplicação prática no split
<b>Código Civil arts. 653-656</b>	Civil	Conceito de mandato, poderes do mandatário, obrigação de prestação de contas	Dá base para Mandatária agir em nome do Mandante (fornecedor, franqueado, etc)
<b>Lei 10.637/2002 art. 1º §2º IX e Lei 10.833/2003 art. 1º §2º IX</b>	Federal	Excluem da receita bruta PIS/Cofins valores recebidos “por conta e ordem de terceiros”	Permite que mandatário não tribute a parcela alheia.
<b>Instrução Normativa SRF 247/2002 (arts. 3º, 9º)</b>	Receita Federal	Procedimentos aduaneiros para operações “conta e ordem” (importação/exportação)	Jurisprudência analógica para serviços domésticos.
<b>Solução de Consulta COSIT 528/2017</b>	Receita Federal	Reconhece exclusão de receita em mandato mercantil para IRPJ/CSLL	Sustenta economia no Lucro Presumido e Real.
<b>LC 116/2003 item 7.02 §1º</b>	ISS	Autoriza deduzir <u>sub-empreitada</u> quando nota do subcontratado acompanha a do contratante	Reduz ISS do mandatário em obras de engenharia.
<b>LC 123/2006 art. 3º §1º</b>	Simples	Inclui no DAS a receita de operações em conta alheia	Explica por que economia fiscal é limitada no Simples.
<b>Resolução BCB 150/2021 art. 15</b>	Bacen	Determina que cada beneficiário tenha UR própria; permite split antes da liquidação	Garante segregação patrimonial no mandato.
<b>Convênio ICMS 134/2016 &amp; Ato COTEPE 65/2018</b>	ICMS	Instituem a DIMP – declaração dos meios de pagamento	Mandatário declara R-4020, mandatário/mandante casam dados via NSU.
<b>IN RFB 2.163/2023 (EFD-Reinf)</b>	Receita Federal	Evento <b>R-4020</b> (recursos a terceiros) e <b>R-4010</b> (serviços)	Comprova perante o Fisco que valores de terceiros não passam pela receita do mandatário.
<b>Parecer Normativo ISS-SP 04/2017</b>	Municipal	Esclarece a dedução de <u>sub-empreitada</u> em obras (mandato)	Benchmark para demais municípios.
<b>Resolução BCB 264/2023</b>	Bacen	Protege bloqueio de UR em caso de inadimplência e pós-pago	Reforça que mandatário pode travar <u>URs</u> para garantir repasse.

**Nota:** Onde a legislação municipal divergir (ISS), prevalece a lei local; recomenda-se verificar a lista de serviços e campo “intermediário” da respectiva NF-se.



MATERIAL PRODUZIDO PELA  
UNIVERSIDADE CONFRAPAG  
E DISTRIBUÍDO ATRAVÉS DOS CANAIS  
OFICIAIS DA CONFRAPAG.

# Obrigado



@confrapagoficial



confrapag.com.br